

Heranças Escravistas e Ambigüidade Política na América Latina *

José Alberto Bandeira Ramos **

Resumo: O presente ensaio constitui um estudo de Historia Comparada da Escravidão nas Américas, em que se toma como referencial a trajetória histórica da complexa formação social brasileira e por eixo a questão das heranças escravistas e seus impactos de longo alcance. Resumidamente, pôde-se concluir que o escravismo como sistema remanescente, por suas heranças, nas sociedades pós-escravistas, e até ao presente, representou a grande barreira econômica, política e ideológica para o ingresso das Américas, particularíssimamente a América Latina, na via da chamada democracia burguesa radical. Aqui isto exigia o rompimento com o neocolonialismo capitalista hegemônico.

Tal é, então, a razão última do atraso político da América Latina em seu conjunto, e especialíssimamente, da trajetória percorrida pelo Estado-nação brasileiro. Daí a ambigüidade política como fenômeno fundamental da própria História americana.

Palavras-chave: Heranças Escravistas; Ambigüidade Política; Escravismo Colonial; Escravismo Tardio; América Latina como Conceito Político.

Abstract: The present essay constitutes a comparative study on Slavery in Americas, in which the Brazilian historical background is taken as reference and whose axis is the far reaching impact of the slavery legacy.

Summarizing, one could conclude that slavery, as a surviving system, due to its legacy in those post-slavery societies, and even today, has represented the greatest economic, political and ideological barrier to the adherence, in Americas and particularly in Latin America, to the path of radical bourgeois democracy. That would require a rupture with the hegemonic capitalistic neocolonialism.

That is, then, the ultimate reason for political anachronism in Latin America as a whole, and especially in the path followed by the Brazilian nation-state. That stresses the relevance of political ambiguity as a fundamental phenomenon concerning American History.

Keywords: Slavery Legacy, Political Ambiguity, Colonial Slavery, Late Slavery, Latin America as a Political Concept.

* Versão resumida do relatório final de pesquisa de pós-doutoramento realizada no PROLAM/USP em 2004/2005.

** Professor da Universidade Federal da Bahia, Doutor em História, com Pós-Doutorado no PROLAM/USP. E-mail: jabandeiramos@uol.com.br. Recebido em 05/07/05 e aceito em 22/12/05.

Introdução

No período histórico abrangido no conjunto do trabalho, identificam-se três sub-períodos bem demarcados. São eles: o primeiro, de formação das sociedades escravistas nas Américas, que percorre um intervalo de cerca de dois séculos e meio, de 1500 a 1750; o segundo, aqui chamado de crise do escravismo colonial, desenvolve-se entre 1750/1776 até 1850/1865, correspondendo a uma conjuntura histórica prolongada de crise, onde ganham vulto as diversas modalidades de movimentos e revoltas escravas, e também, os movimentos pró-Independência nacional, no bojo da derrocada do mercantilismo colonialista e absolutista. Estes últimos continuam, na esteira do pensamento Iluminista, enquanto lutas de caráter libertário, federalista e antimonárquico.

O terceiro sub-período, compreendendo basicamente a segunda metade do século XIX, mas chegando, em alguns casos, até às três primeiras décadas do século XX, é aqui denominado como de crise final do escravismo, com a formação do que neste trabalho se denominam de sociedades pós-escravistas, inscritas já num mercado mundial hegemônico por potências capitalistas industriais, sob a égide do capital financeiro.

Na abordagem que ora se apresenta, deixa-se de tratar o que se refere ao primeiro sub-período, o de formação das sociedades escravistas americanas, concentrando-se a análise nas duas conjunturas de crise, a do chamado escravismo colonial e a da crise final do escravismo. Mesmo assim, procede-se a uma seleção de aspectos essenciais do texto original, cuja publicação integral será feita em data posterior.

Por igual razão, deixa-se de contemplar, neste ensaio, a matéria que cuida do que se chamou de introdução metodológica.

A crise do escravismo colonial e os principais movimentos escravos (1690/1776-1835/1850)

Deve-se advertir para a importância deste período de crise para o próprio eixo central da pesquisa. Isto justifica o seu exame mais acurado, em que pese a sua menor duração no tempo. De modo especial, são focalizados alguns dos principais movimentos escravos, estes que dão a tônica do próprio período de crise do escravismo colonial.

É importante lembrar que a época histórica de formação das sociedades escravistas americanas, a do moderno escravismo, é marcada pela eclosão e consolidação de um mercado mundial, de uma economia mundial e, portanto, de uma história mundial. (ARRUDA, 1984).

O predomínio progressivo da Inglaterra como potência marítima passa a exercer, cada vez mais, uma influência decisiva na própria configuração da grande conjuntura histórica que aqui se está denominando como de crise do escravismo colonial. Neste contexto, a derrota do mercantilismo, da política mercantilista das potências absolutistas, que se concretiza “pari passu” ao avanço deste predomínio da potência marítima inglesa, ocupa o cerne da própria crise do escravismo colonial, dando a esta contornos que se vão tornando definitivos e demarcatórios de um período histórico.

Neste período histórico, enquanto nas metrópoles européias instalava-se progressivamente, com diferenças de um país para outro, o antagonismo entre as duas novas classes protagonistas, burguesia e proletariado, ao contrário, no mundo colonial desenvolve-se por longo tempo aquilo que se está chamando de sociedades escravistas americanas, as quais têm por característica uma grande diversidade de formas, e por isto, marcantes diferenças de trajetória histórica (BLACKBURN, 2002).

Deve-se salientar, com o devido destaque, a característica fundamental das sociedades escravistas americanas que é o fato de serem baseadas na violência, no exercício sistemático da violência. Por isto mesmo, são também marcadas por outra permanência: a persistência da resistência escrava, ainda que assumindo muitas vezes formas aparentemente passivas.

O que neste estudo se denomina como resistência escrava, que em verdade assume diferenciadas formas, constitui-se em um processo endêmico que, nas conjunturas críticas, em cada caso particular, origina as várias formas que assumem o protesto escravo – desde as mais simples até às mais complexas.

Apesar da grande diversidade de formas, o fenômeno da resistência escrava deve ser encarado, fundamentalmente, por uma persistente resistência ao trabalho, fato que, se não origina, seguramente dá substância ao estabelecimento do que alguns estudiosos já denominaram de relações patriarcais. Ao senhor de escravo interessava, com a violência sistemática exercida, não a morte do escravo, mas ao contrário, a continuidade de sua força de trabalho enquanto agente passivo, submisso. Isto explica, em grande medida, a pouca longevidade característica dos contingentes

escravos; devendo-se apontar, neste sentido, para dois aspectos distintos mas complementares: a exaustão no trabalho, por sua excessiva duração inclusive, e os maus tratos decorrentes do próprio processo de violência sistemática que tinha em mira assegurar a submissão do escravo enquanto força de trabalho (RAMOS, 1998).

Breve caracterização dos principais episódios de revolta escrava nas Américas

O que se vai apresentar, nas considerações a seguir, é fruto de todo um processo de pesquisa que permite pinçar-se, do grande conjunto de revoltas escravas havidas no Continente americano, durante o longo período de crise do escravismo colonial, alguns episódios que permitem entender-se os principais elementos constitutivos das lutas escravas, encaradas como iniciativas políticas inseridas com destaque no próprio processo de crise do escravismo colonial.

Embora a revolta escrava - quando encarada no seu aspecto mais genérico de rebeldia, de resistência ao trabalho, através de fugas e outras atitudes--tenha acompanhado, desde a sua implantação, a vida de todas as sociedades escravistas americanas, somente nas conjunturas de agudização do longo processo de crise do escravismo colonial é que se constitui num fenômeno emergente e que irrompe em situações marcadas especialmente por crises de poder, no caso, do poder colonial metropolitano.

Os episódios que a seguir serão tratados possuem cronologias diferenciadas, mas em geral se concentram desde as últimas décadas do século XVIII até meados do século XIX, cobrindo exatamente o período histórico aqui caracterizado como de longa crise do escravismo colonial. As diferenças de data correspondem, necessariamente, às diferenças de trajetória histórica das diversas modalidades de sociedades escravistas que se constituíram no Novo Mundo.

Os episódios selecionados constituem-se em elementos fundamentais para um estudo comparativo da evolução histórica das sociedades escravistas americanas. O critério básico de seleção de tais episódios norteou-se pela idéia de identificar situações diferenciadas e bem demarcadas em sua inserção na história econômica e política das sociedades escravistas em que ocorreram.

O Quilombo de Palmares: 1635/1695

Deve-se começar advertindo para a circunstância toda especial, neste caso, de um processo que transcorre ainda durante o sub-período de formação das sociedades escravistas americanas, precedendo portanto o chamado sub-período de crise do escravismo colonial.

Impõe-se enfatizar o fato de que o processo de formação de quilombos constitui-se num fenômeno endêmico em todas as sociedades escravistas e cuja constituição, desde as suas origens, não guarda por isso relação direta e necessária com o processo específico da grande conjuntura de crise do escravismo colonial. O que varia, e muito, são as causas imediatas da formação de quilombos, e por isto, as formas organizativas que assumiram ao longo do tempo.

A singularidade maior do Quilombo de Palmares reside, antes de tudo, no longo período de resistência que sustentou, numa luta desigual, contra as forças repressoras mobilizadas pela Coroa portuguesa. Esta reuniu contingentes de natureza militar constituídos fundamentalmente por aventureiros e mercenários, contratados em um vasto território, e concentrados basicamente sob o comando dos chamados Bandeirantes.

Organizado inicialmente num pequeno território situado à margem da região canavieira nordestina (hoje correspondente a partes dos Estados de Alagoas e Pernambuco), o que caracterizou Palmares foi todavia a circunstância, nesta medida bastante diferenciada do padrão quilombola da época, de mobilizar não apenas escravos africanos fugidos dos engenhos e fazendas, mas também toda uma população despossuída, constituída por índios, escravos alforriados e enorme quantidade de pessoas de condição pobre e marginalizada que vivia nas pequenas vilas circunvizinhas aos grandes engenhos. Tal característica não obscurece todavia o fato de que a liderança dos diferentes agrupamentos humanos que vieram a organizar-se numa espécie de confederação de pequenos quilombos era sempre constituída por escravos africanos, de diferentes etnias, que já se destacavam por sua rebeldia, enquanto ainda submissos nas fazendas e engenhos de onde passaram a organizar iniciativas de fugas sistemáticas.

Tal característica diferencial, marcante não só pela heterogeneidade dos agrupamentos humanos aquilombados, mas também pela capacidade daí decorrente de estabelecer variados vínculos de troca mercantil e até de

colaboração e apoio político no despistamento das forças repressoras, todos estes aspectos permitem distinguir-se, no caso do Quilombo de Palmares, uma singularidade toda especial. E é exatamente o que pode explicar, não só o tamanho dos contingentes aquilombados e do território por eles ocupado, mas sobretudo a grande capacidade de resistência aos sucessivos ataques de natureza militar, desferidos e organizados pela Coroa portuguesa, com a cumplicidade óbvia das chamadas autoridades coloniais que lhe eram próximas.

Não se sabe ao certo o ano inicial de formação dos primeiros territórios aquilombados; por isto, em 1635 já se lidava com uma realidade social e política que, pelo seu vulto, e pela força de seu exemplo, começava a pôr em risco o próprio domínio colonial português em seu conjunto. Daí o fato marcante de terem sido necessários sessenta anos para que as forças repressoras alcançassem o objetivo político que desde cedo se colocou como um desafio para a manutenção do poder colonial português.

Destruir Palmares veio a constituir-se no objetivo máximo de toda a política colonial da Coroa portuguesa. É como se estivesse lidando com duas espécies de Estado: de um lado, as autoridades coloniais subordinadas à Coroa portuguesa, e de outro lado, a comunidade palmarina, que muitos estudiosos vieram a chamar de república, mas cuja organização social e política não tinha paralelo, nem com o que se conhecia, no passado, como cidades-Estado da Antigüidade, nem também com a forma republicana que tomaram os Estados burgueses, somente consolidados na Europa a partir do século XIX, na esteira de processos revolucionários que constituíam a ponta extracontinental do aqui chamado processo de crise do escravismo colonial.

Por todas essas razões o Quilombo de Palmares constituiu-se num fenômeno singular da História, não só da colônia portuguesa na América, como de toda a História das sociedades escravistas americanas. Depois da destruição de Palmares, as autoridades colonialistas metropolitanas, e principalmente as do chamado Império colonial português, passaram a adotar uma política sistemática de combate e esmagamento de todo e qualquer processo de aquilombamento, onde quer que este se iniciasse. Pode-se afirmar, assim, que a repressão à formação de quilombos constituiu-se na pedra de toque da política de todas as autoridades coloniais constituídas nas

Américas, não só no caso da colônia portuguesa continental (Brasil), mas também nas colônias sob domínio britânico, francês ou espanhol, existentes no Caribe (REIS; GOMES, 1996; RAMOS, 1998).

O ciclo das revoltas escravas da província da Bahia: (1743/1763... 1789/1807/1835)

Os estudiosos do chamado ciclo de revoltas escravas da província da Bahia em geral cuidam apenas do intervalo que se situa entre 1807 e 1835. É que se trata, neste caso, em verdade, de um sub-período de maior concentração de revolta escrava, alcançando formas extremas de levantes armados e insurreições, no campo e nas vilas, isto é, nos engenhos e em cidades, mas todos circunscritos a uma região polarizada pela cidade de Salvador e seu entorno açucareiro. Tal entorno se constituía de áreas rural/urbanas estruturadas em função da economia açucareira, formada por lavouras, engenhos, vilas e vilarejos, no que se veio a chamar de Recôncavo da Bahia.

Todavia o que aqui se qualifica como ciclo de revoltas escravas da província da Bahia abrange o referido sub-período mas o transcende, tanto no tempo, quanto no território.

Muito antes dele, que é caracterizado por um processo continuado de insurgência escrava, se tem um primeiro marco, representado por um episódio que, embora ocorrido na periferia de Salvador, na época ainda capital de toda a colônia portuguesa, transcorre no intervalo entre 1743 e 1763. Trata-se de um intervalo que se notabiliza pelo episódio de repressão e de destruição de um quilombo conhecido pelo nome de “Buraco de Tatu”. Note-se que o ano final deste intervalo coincide exatamente com o momento em que se dá, por força da política colonial comandada pelo Marquês de Pombal, a transferência para o Rio de Janeiro da Capital da colônia portuguesa, até então sediada na província da Bahia, especificamente na cidade de Salvador.

Mas, ao contrário de Palmares, o quilombo “Buraco de Tatu” não tinha nenhuma espécie de rede de apoio fora dele, tudo fazendo crer, por isso, que se encontrava ainda numa fase formativa, e por isto mesmo, muito dependente de uma ação predatória para garantir a sobrevivência dos aquilombados, para o que estes se valiam de pequenas incursões nas fazendas e engenhos próximos, com vistas a prover-se de alimento, principalmente pelo abate de gado bovino. Assim mesmo, como se vê, foram necessários vinte anos para que

as autoridades coloniais repressoras, sediadas em Salvador, pudessem destruí-lo inteiramente, pela força das armas. Isto indica, com bastante evidência, a grande capacidade de resistência deste contingente aquilombado. Não se deve esquecer do fato de que, nesta altura, encontrava-se em plena vigência a política de repressão preventiva contra quilombos, posta em ação pela Coroa portuguesa e seus prepostos coloniais, como decorrência da lembrança do exemplo do Quilombo de Palmares (RAMOS, 1998).

Ainda bem antes do ciclo de insurgência escrava, ocorrido entre 1807 e 1835 no Recôncavo baiano e sua Capital, ocorre um episódio de revolta escrava bastante marcante, no ano de 1789, e desta vez fora deste mesmo Recôncavo. Trata-se do levante havido no grande Engenho de Santana, situado em região açucareira extra-Recôncavo, no litoral ao sul de Salvador, próximo à foz do Rio Itacaré. Este Engenho pertencera por muito tempo à Ordem dos Jesuítas, e foi objeto de expropriação pelo Marquês de Pombal, pouco depois de 1763. É preciso esclarecer-se que, durante o período jesuítico, a forma de escravismo adotada diferia bastante do padrão característico aplicado pelos senhores de engenho do Recôncavo, que era marcado pela renovação periódica dos contingentes escravos, através de compras continuadas junto aos comerciantes do tráfico transatlântico de escravos africanos. No Engenho de Santana os Jesuítas não importavam novos escravos da África, mantendo-se a continuidade do seu contingente como força de trabalho através da formação de famílias constituídas a partir dos africanos e africanas originariamente adquiridos.

A revolta escrava havida em 1789, no Engenho de Santana, já se deu quando este engenho havia passado, há muitas décadas, para o domínio de senhores particulares. O destaque especial desta revolta consistiu no fato de que os escravos rebelados apresentaram, como condição de retorno ao trabalho, o cumprimento, pelo Senhor do Engenho, de um verdadeiro Tratado de Paz. O documento original deste Tratado de Paz foi primeiramente descoberto no Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, pelo pesquisador norte-americano Stuart Schwartz e encontra-se hoje publicado em diversas revistas especializadas.

Há dois elementos de originalidade neste episódio. O primeiro é a própria formulação, por escrito, de um documento de negociação, a que se chamou de Tratado de Paz. No texto de tal documento são apresentadas propostas concretas, todas elas relacionadas com alguma melhoria nas condições de

vida e trabalho sob que viviam os escravos rebelados. Estes, é bom que se assinala, eram pessoas escravizadas, já nascidas no Engenho, oriundas de muitas gerações anteriores; portanto tratava-se de escravos crioulos, no sentido rigoroso do termo que se está utilizando.

O segundo elemento de destaque reside no fato de que, simulando negociar com seus escravos rebelados, o Senhor do Engenho respondeu com uma traiçoeira repressão, na tentativa de esmagar e eliminar por completo a iniciativa tomada por seus escravos. Os que escaparam com vida da sangrenta repressão internaram-se pelas matas, aquilombando-se. Não se sabe ao certo se as autoridades provinciais conseguiram, em algum momento, encontrar tais rebeldes (RAMOS, 1998).

Depois de 1789 instala-se na Província da Bahia um ambiente bastante tenso entre senhores e escravos, sobretudo nos engenhos do Recôncavo. Na Capital, cerca de dez anos depois, em 1798, foi abortada pelas autoridades da Província, sob ordens diretas da Coroa portuguesa, uma importante conspiração não escrava (tanto pela sua liderança, como pela maioria de seus adeptos) que possuía um ideário Iluminista, vindo a ser chamada depois de “Revolução dos Alfaiates”.

Após o esmagamento desta conspiração (à qual se voltará a fazer referência adiante), a repressão a quaisquer tentativas de aquilombamento ou de levante escravo, seja na Capital, nos seus arredores, ou nos Engenhos do Recôncavo, passou a ser objeto de ação sistemática, tendo-se notabilizado neste sentido o capitão presidente da província da Bahia, conhecido como Conde da Ponte, cujo governo, na primeira década do século XIX, foi marcado por uma feroz perseguição a quilombos que se formavam no entorno da Capital, estendendo-se tal política repressiva a qualquer manifestação de caráter festivo que fosse de iniciativa de contingentes escravos, quer os que viviam na Capital e nas vilas, quer os que mourejavam nos engenhos do Recôncavo. No caso destes últimos, o instrumento fundamental de repressão era constituído pelos chamados “Capitães do Mato”, pessoas especialmente contratadas pelos senhores escravistas para “manter sob controle”, não só as tentativas eventuais de fuga, mas também, nos poucos momentos de folga, as atividades lúdicas, como por exemplo, os chamados “batuques”.

É indispensável insistir na característica fundamental do escravismo colonial prevaemente na província da Bahia, ao contrário do que se veio a instalar nas províncias do Centro-Sul, muito tempo depois, que é a sua

estreita ligação e dependência do chamado tráfico transatlântico de escravos africanos. Deve-se acrescentar que, no caso da Bahia, a maior parte das etnias trazidas da África possuía cultura desenvolvida e forte tradição guerreira, principalmente no caso dos hauçás e dos nagôs. É preciso também acrescentar que a renovação quase anual dos contingentes escravos dos engenhos - muito mais do que aqueles que permaneceram nas cidades, atuando em atividades diversas, sob domínio de pequenos senhores—contribuía decisivamente para o completo desmantelamento das famílias originárias, trazidas da África.

Tal característica foi prevalecte, não só na Bahia, mas em todo o Nordeste açucareiro. A força de trabalho majoritária dos engenhos era constituída de jovens masculinos, com idade máxima de trinta anos aproximadamente, todos submetidos a condições muito duras de trabalho, provocando uma baixa longevidade, fato que, por sua vez, obrigava aos senhores a substituírem os seus contingentes através de novas compras. Evidentemente tal padrão prevaleceu por muito tempo em função do baixo preço desses escravos, fato que começou a modificar-se a partir dos finais do século XVIII, tornando assim ainda mais necessária a super-exploração dos contingentes escravos recém-adquiridos.

Neste padrão de exploração escravista ora caracterizado, a participação de mulheres importadas da África era bastante minoritária, e isto não só por força da preferência dos senhores escravistas pelo trabalho masculino, mas também pelo fato de que, na África, o preço da mulher escrava era bem mais alto do que o dos homens. A velocidade de renovação dos contingentes escravos nos engenhos era variável conforme o seu tamanho: maior nos engenhos de maior porte, e muito menor nos pequenos engenhos, bem como nas propriedades escravistas aplicadas na lavoura da cana que funcionavam como supridoras dos engenhos de açúcar (RAMOS, 1998).

O ciclo de insurgência escrava no Recôncavo açucareiro e sua capital, Salvador, intensificou-se a partir de 1814, passando a apresentar uma tendência marcante, que se reforçou a cada ano, de uma aliança de luta entre escravos do campo e escravos da cidade; e não só dos escravos entre si, unindo-se etnias que na África eram rivais, mas também envolvendo uma fração crescente de libertos (escravos alforriados), estes que, por força de suas tradições étnicas africanas, tinham maior aproximação com os contingentes escravos africanos do que mesmo com a população pobre não-escrava, que vivia de pequenos biscates, marginalizada nas vilas e vilarejos. Esta é,

em verdade, também uma característica marcante da forma de escravismo colonial prevalecente na província da Bahia.

A presença de relações escravistas de maneira generalizada caracterizou a própria estrutura social da província da Bahia, onde mesmo segmentos da população pobre não só possuía escravos (poucos evidentemente, às vezes um só), mas também uma mentalidade escravista. Ilustração disto se pode encontrar na carta do Visconde de Cairu, datada de 1781, dirigida a uma autoridade ilustre residente no Rio de Janeiro, já então capital da Colônia. O original desta carta encontra-se arquivado na Biblioteca Nacional, que tem sede na mesma cidade do Rio de Janeiro. Tal característica explica, em grande medida, não só a persistência das relações escravistas na província da Bahia, mesmo após a crise do tráfico transatlântico, já referida, mas o enorme atraso de sua vida política ao longo de todo o século XIX (RAMOS, 1998).

As revoltas escravas nas colônias norte-americanas

As revoltas escravas nas Colônias inglesas norte-americanas ocorreram em muito menor número do que no restante das sociedades escravistas americanas. Outra característica reside no fato de que, até 1776, elas se davam muito mais na zona urbana do que na zona rural.

Depois de 1776, com a abolição do escravismo nas treze Colônias inglesas, fato que se dá em decorrência do processo da Independência norte-americana frente à Coroa inglesa, desenvolve-se um período que vai até à guerra de Secessão, ocorrida entre 1861 e 1865, no qual persistem relações escravistas de produção nas províncias localizadas ao Sul, configurando-se assim um Estado republicano “sui generis” que, na verdade, abrigava duas nações distintas: uma, ao Norte, com caráter republicano semelhante à forma clássica do Estado democrático-burguês; outra, ao Sul e pelo Oeste afora, permaneceu uma sociedade escravista, apesar de integrada politicamente à república federativa norte-americana.

Os poucos casos de revoltas escravas nas regiões que permaneceram escravistas ocorreram com muito menor frequência do que em todo o resto do Continente. Atribui-se isto à natureza diferenciada das relações escravistas aí prevalecentes que, como já estudado pelo historiador marxista norte-americano Eugene Genovese¹, tinham caráter verdadeiramente patriarcal, isto

¹ (GENOVESE, 1983). Na verdade, a obra deste autor é bastante vasta, sendo a que se utilizou um trabalho de síntese, e clássico neste sentido.

é, marcado por uma relação entre senhores e escravos raramente intermediada por feitores ou administradores. Trata-se de um escravismo que já não tinha natureza colonial e que, a partir de 1807, não dependia mais da importação de escravos africanos, via tráfico transatlântico, em face da proibição deste mediante tratado assinado com a Inglaterra.

Nesta sociedade escravista não colonial, com demarcado caráter mercantil, a estruturação da família escrava pôde encontrar uma solidez absolutamente distinta daquelas formas escravistas apoiadas na importação sistemática de contingentes escravizados da África. Assim sendo, a formação cultural dos escravos tendia a aproximar-se mais do padrão cultural dos próprios senhores escravistas, sobretudo no que se refere à formação religiosa; no caso, predominantemente as correntes evangélicas do cristianismo. Neste contexto, a motivação da revolta escrava apoiava-se na tentativa de levar até a suas últimas conseqüências o preceito cristão da igualdade entre as pessoas. É o caso típico da revolta liderada por Nat Turner, ocorrida em 1831, na localidade de Southampton. Há estudiosos que incluem a modalidade de revolta escrava ora referida na categoria de movimentos messiânico-milenaristas. Não se vai aqui aprofundar o debate desta questão.

A singularidade da revolta escrava na colônia francesa de Saint Dominique

É preciso antes de tudo chamar-se a atenção para o fato de que o modelo escravista prevalecente na Ilha de São Domingos (território hoje da República do Haiti), no Caribe, foi longamente baseado na grande exploração açucareira, marcada por extrema dependência da importação de escravos africanos, via tráfico transatlântico, e apoiado na forma absentéista, isto é, característica das explorações escravistas onde o senhor dos engenhos estava ausente e administrava tais explorações através de administradores, também chamados de feitores.

Como colônia escravista, a Ilha de São Domingos ocupou um importante espaço no mercado internacional do açúcar, chegando a constituir-se na maior e mais próspera entre as colônias escravistas do Continente. Todavia, a resistência dos escravos ao extremo rigor de exploração a que viveram submetidos sempre foi a nota marcante da história desta colônia francesa.

O que dá singularidade ao processo de revolta escrava nesta Ilha reside

na circunstância de que, ao contrário do ocorrido durante o período insurrecional na província da Bahia, as lutas dos escravos, a partir de meados do século XVIII, passaram a deixar de ter uma existência isolada dentro da estrutura social, vindo a articular-se com as lutas de outros segmentos sociais da Colônia que se levantavam contra este mesmo domínio colonial. Além disso, deve-se ter presente que, na própria potência colonizadora que era a França, veio a estabelecer-se uma situação política que desembocou na derrocada da Monarquia absolutista, esta que se apoiava na referida estrutura colonial. O processo de revolução social que se desenvolveu na França absolutista, sob a liderança dos ideais da filosofia Iluminista, teve seu ponto culminante em 1789 quando, em lugar da velha monarquia absolutista, que vivia às expensas da política colonial mercantilista, implantou-se um Estado republicano, comprometido com o respeito aos direitos da pessoa humana, aos direitos da cidadania.

Após 1789 as lutas sociais pró-independência na colônia escravista de Saint Dominique ganharam uma dimensão e um vulto até então desconhecido, unindo-se a corrente anticolonialista liderada por senhores mulatos com o processo da revolta escrava que, como tal, encontrava sua motivação básica na busca de liberdade, apoiada agora nos ideais Iluministas. Tal conjunção de forças levou a que, em 1791, pudesse tornar-se vitoriosa a insurreição escrava, com a formação de um Estado independente que proclamou não só a abolição das relações escravistas, como a sua aliança com a nova república francesa, neste momento ainda liderada por sua corrente jacobina radical. A insurreição escrava vitoriosa na nova república negra do Haiti foi única no Continente e não teve vida longa.

Na medida em que, na França, o processo revolucionário começou a sofrer retrocessos, sobretudo a partir de 1795, com a derrota da fração jacobina e a influência crescente do partido girondino, ligado este aos banqueiros e outros segmentos dominantes, também no Haiti o processo revolucionário sofreu reviravoltas. Apesar das inúmeras vitórias obtidas contra as tentativas de recolonização do novo Haiti, após a ascensão de Napoleão na França, que demarcou uma clivagem no processo revolucionário na própria França, o poder na República do Haiti passou a mudar de mãos, chegando, em 1815, por influência direta de Napoleão, a serem de novo instauradas as relações escravistas, apesar da manutenção do estatuto de Estado independente (BLACKBURN, 2002).

Mas o que é importante ressaltar é que a vitória da insurreição escrava no Haiti demarcou uma nova Era em toda a História das Américas. Daí por diante, todos os segmentos de senhores escravistas passaram a adotar uma ação política preventiva, no intuito de impedir, no restante dos países, a eclosão de processos semelhantes aos que se desenvolveram na antiga colônia escravista francesa de Saint Dominique, no Caribe. Por exemplo, na província da Bahia, as revoltas escravas que, como se indicou atrás, tiveram ideário próprio, em nada relacionado com as propostas Iluministas, foram, todavia, objeto de uma sistemática repressão de caráter preventivo, por parte dos senhores escravistas, das autoridades coloniais e do novo Estado de monarquia constitucional escravista, constituído após as lutas pela Independência nacional.

As revoltas escravas na Jamaica e em Demerara

Tanto na Ilha da Jamaica quanto em Demerara, esta que depois veio a chamar-se Guiana Inglesa, em cujo domínio colonial a Inglaterra veio a substituir a antiga dominação holandesa, o estilo da exploração escravista obedecia a um regime semelhante ao da Ilha de Saint Dominique, isto é, baseado na grande propriedade territorial absenteeista, onde o controle dos escravos se dava por intermédio de prepostos, administradores ou feitores.

No caso específico da Jamaica, deve-se considerar o fato de que, devido ao referido absenteeismo dos senhores e à extrema dependência da importação de escravos africanos, via tráfico transatlântico, durante muito tempo verificou-se uma grande predominância numérica de escravos africanos no conjunto da população (BLACKBURN, 2002).

Outra característica importante, no caso da Jamaica, era a longa tradição de luta quilombista por parte dos escravos. Tais lutas quilombistas, sobretudo ao longo do século XVIII, chegaram a obrigar a Coroa britânica a firmar, com alguns líderes rebelados, determinados pactos que previam, entre outras coisas, reservas de área para a fixação das comunidades quilombolas, fato que revela um padrão de relacionamento político, por parte da Coroa inglesa, bastante diferente daquele adotado pela Coroa portuguesa. Mas isto só na aparência; porque, na verdade, tais pactos foram todos descumpridos pela Coroa britânica, sempre que o grau de antagonismo entre quilombolas

e autoridades coloniais parecia apontar para desfechos desfavoráveis ao domínio colonial britânico.

Um elemento comum que esteve presente, em maior ou menor grau, no processo das lutas escravas, foi a grande influência ideológica representada pelo movimento abolicionista que, no caso da Inglaterra, tomou força desde as primeiras décadas do século XIX. O ano de 1831 representou um marco importante nas lutas escravas da Jamaica especificamente. Neste ano ocorreu importante revolta escrava, fortemente reprimida, e no caso, liderada por escravos crioulos, juntamente com escravos africanos (GENOVESE, 1983).

Já no caso específico de Demerara ocorre uma diferença notável que é a presença, muito antes de 1831, de uma liderança mista de escravos crioulos e africanos nas rebeliões, sendo de destacar-se o ano de 1823 como ponto culminante de um processo de luta no qual o papel ideológico representado pelo movimento abolicionista teve bastante destaque.

O processo de revolta escrava em Demerara foi amplamente estudado pela Prof^a. Emília Viotti da Costa, fruto de uma pesquisa de mais de dez anos, com rica documentação de arquivo. Tais estudos foram objeto de publicação em livro, originalmente em 1994, em inglês, com tradução publicada em português no ano de 1998 (VIOTTI, 1998).

Considerações de síntese

Persistência do escravismo e ambigüidade política dos movimentos sociais

Deve-se inicialmente chamar a atenção para o fato fundamental de que a crise do escravismo colonial que, na maioria dos casos, levou à derrocada das relações escravistas, de par com o rompimento do estatuto colonial e o decorrente processo de formação de Estados nacionais, não alcançou, todavia, a extirpação total de tais relações escravistas, e isto em várias regiões das Américas. Os exemplos mais marcantes disso são os casos de Cuba, no Caribe; o Brasil pós Independência, com sua Monarquia Constitucional Escravista; e as províncias do Sul norte-americano, neste caso entre 1776 e 1865. Neste novo quadro pós-colonial, esta persistência de relações escravistas, exceto no caso de Cuba, que permaneceu sob domínio colonial da Espanha até 1898, configura-se na verdade a formação de uma estrutura social mais complexa,

na qual o escravismo passa a assumir formas bastante diferenciadas, quando comparadas com o padrão característico do chamado escravismo colonial (BLACKBURN, 2002).

Tal persistência de relações escravistas, mesmo após a derrocada da estrutura colonial mercantilista, constitui-se em ponderável fator de atraso político e ideológico, presente na formação e desenvolvimento dos Estados nacionais em toda a América. Tal persistência tem também como resultado um fato político a que neste estudo se atribui uma importância fundamental. Trata-se do que aqui se está chamando do fenômeno de ambigüidade política, como característica tanto do ideário quanto das trajetórias históricas dos diversos movimentos libertários que tiveram curso desde fins do século XVIII e durante todo o século XIX.

As relações entre quilombismo e insurreições escravas

Durante algum tempo os estudos historiográficos das questões da escravidão costumavam estabelecer uma espécie de oposição entre a prática do quilombismo e os episódios de levantes armados de escravos, também denominados de insurreições. No caso do presente estudo procura-se, ao contrário, apontar para a estreita ligação existente entre estes dois processos, no âmbito das lutas escravas em geral, e particularmente, das conjunturas de insurgência escrava.

Os exemplos estudados e ora focalizados indicam claramente que o processo de formação de quilombos não só é inerente à própria resistência escrava, e nesta medida visto como fenômeno endêmico de todas as sociedades escravistas, como sobretudo não conduz, na sua consolidação, a nenhuma postura de isolamento. Bem ao contrário, as formações quilombolas, em que pese sua estruturação se dar por fora das sociedades escravistas constituídas, encontram sua maior capacidade de resistência frente às iniciativas de repressão justamente ao estabelecerem certos laços com segmentos existentes no interior das próprias sociedades escravistas.

Por tudo isso, chega-se à evidência de que os dois processos, formação de quilombos e levantes escravos, constituem elementos estreitamente associados, especialmente naquelas conjunturas de crise em que se instala o processo da insurgência escrava.

Um exemplo marcante desta sintonia entre atividade quilombola e insurreição escrava pode ser encontrado quando se procede a um estudo comparativo entre os processos de insurgência escrava na província da Bahia e na República negra do Haiti. A diferença fundamental já foi atrás assinalada: no caso do Haiti, viu-se que se tratou da única insurreição escrava que se tornou vitoriosa, isto é, levou à formação de um Estado independente que efetivou a abolição do regime escravista de trabalho. No caso da província da Bahia, em que pese haverem todas as tentativas sido derrotadas, objeto de esmagamento via militar, desenvolveu-se também, tanto quanto durante o processo insurrecional no Haiti, uma estreita articulação entre os quilombos e a atividade quilombista, de um lado, e as iniciativas diversas de conspiração e levantes armados, de outro (RAMOS, 1998).

Exemplo típico desta articulação entre quilombos e insurreição escrava, tem-se, no caso do levante escravo ocorrido numa grande exploração baleeira situada na periferia de Salvador, em fevereiro de 1814. A documentação de arquivo² evidencia que a liderança escrava residente nessas chamadas armações baleeiras se apoiava numa espécie de quilombo que, no caso específico, era utilizado exclusivamente como ponto de apoio da conspiração escrava, mais especificamente, como local clandestino de reunião e também de armazenagem de armamentos. Tal característica esteve presente, deste ano em diante, em todo o ciclo de insurreições escravas, até à culminância deste, com a denominada rebelião dos Malês, em 1835.

O caso desta referida rebelião dos Malês, hoje já bastante estudada, é bem marcante porque se tratou de uma conspiração malograda no seu nascedouro, mas que possuía um grau de articulação entre lideranças escravas das cidades e dos engenhos que assustou a toda a elite da época e cuja repressão, sistemática, minuciosa e implacável marcou, no caso da província da Bahia, o fim de toda uma Era de insurgência escrava. A partir daí foi produzida toda uma legislação de repressão a movimentos escravos em âmbito nacional, no caso, em todo o território abrangido pela monarquia constitucional escravista brasileira. (REIS, 1987).³

² Levantada no Arquivo Público do Estado da Bahia e constante do volume II da Tese de Doutorado do autor deste ensaio, ainda inédita.

³ Mais recentemente, em 2004, foi lançada uma edição revista e ampliada deste livro, fruto da Tese de Doutorado do autor, onde os novos dados colhidos confirmam e reforçam a linha de interpretação ora exposta.

A crise do escravismo colonial e os movimentos não-escravos (1750/76/98... 1808/45/65)

Neste segmento, continua-se a tratar de episódios relacionados com a crise do escravismo colonial. Dessa vez serão focalizados os principais movimentos pró-Independência nacional e, em decorrência destes, os principais movimentos libertários, os que aqui são caracterizados como movimentos de natureza federalista, antimonárquica, e em alguma medida, também de natureza republicana e abolicionista.

Tal ênfase no focalizar esta conjuntura de crise do escravismo colonial guarda relação direta e necessária com o objetivo central da pesquisa que se realizou, voltado para a identificação das heranças políticas e ideológicas do escravismo nas Américas. Objetivo que permitiu também identificar a natureza da ambigüidade política dos movimentos sociais objeto de estudo,

Para os fins em mira, foram reunidas as seis modalidades de sociedades escravistas identificadas⁴ em quatro grandes casos de trajetórias políticas diferenciadas. A seguir, serão caracterizadas cada uma de tais trajetórias.

O radicalismo da independência norte-americana, seus limites e particularidades (1776.....1861/65)

O aspecto característico do que se está chamando de radicalismo do processo da Independência norte-americana refere-se à sua inspiração ideológica, baseada na filosofia Iluminista. Tal aspecto diferencia o movimento da Independência norte-americana dos restantes movimentos de Independência nacional havidos no Continente americano.

No restante das Américas, o que inclui a chamada Região Caribenha, predominou o modelo por excelência de origem ibérica, com a única exceção do caso da Ilha de Saint Dominique—cuja sociedade escravista se organizou sob o domínio da França absolutista—que apresentou um percurso histórico singularíssimo, como já se assinalou atrás e se voltará a referir mais adiante. Neste mundo de origem ibérica, especificamente fora do mundo colonial organizado pela Coroa britânica, organizaram-se nas Américas Estados nacionais que passaram, no seu conjunto, a ser chamados, por oposição ao mundo de origem britânica, de América Latina, já a partir do final do século

⁴ Tais modalidades estão caracterizadas no trabalho completo deste autor, no capítulo que trata da formação das sociedades escravistas americanas.

XIX. Este é um conceito de natureza eminentemente política (DONGHI, 1985).

Não se deve todavia exagerar quanto a esta inspiração Iluminista da chamada Independência norte-americana, ocorrida em 1776. O Estado republicano que aí se formou, com caráter marcadamente federalista, aproximou-se muito, sem dúvida, do modelo geral de Estado democrático-burguês, resultante dos processos de revolução burguesa, especialmente do caso mais clássico e radical da grande revolução francesa. Mas, como já se indicou, deve-se atentar para o caráter de ambigüidade deste federalismo constitucional frente à questão da convivência com estruturas escravistas de organização social.

Com efeito, a República federalista constituída em 1776, nos marcos da também chamada Revolução Americana, consolidada somente no ano de 1787, abrigou durante bastante tempo, na verdade, duas estruturas sociais distintas que poderiam ser referidas como se fora duas nações contrapostas. Trata-se do fato, já assinalado, de que a abolição das relações escravistas de produção, no âmbito da formação da república federalista norte-americana, restringiu-se a apenas uma parte do território desta, aquela que corresponde às antigas treze colônias inglesas norte-americanas. Nos demais territórios, aqueles situados no assim chamado Sul norte-americano que como se viu avançou bastante em direção ao Oeste continuou estruturada uma sociedade de natureza eminentemente escravista.

Isto até 1807, quando os contingentes escravos ainda eram originários fundamentalmente da importação, via tráfico transatlântico de escravos africanos; a partir desta data, com a proibição legal deste tráfico, em função de pacto assinado pela república norte-americana, a constituição dos contingentes escravos nas fazendas de fumo e algodão (explorações comerciais predominantes) teve que se apoiar na reprodução interna das famílias originalmente trazidas de território africano.

Em conseqüência, desde 1776 até 1861/65, a república federalista norte-americana conviveu, não sem conflitos, mas todos eles politicamente objeto de acordo, com duas regiões, ou melhor, duas nações ou estruturas sociais, radicalmente distintas: uma, de natureza essencialmente capitalista, que nesta medida segue um percurso semelhante ao do modelo europeu, pelo fato de haver abolido as relações escravistas de produção; a outra, tendo permanecido essencialmente escravista, evoluiu, a partir de 1807, para uma modalidade de

escravismo que já foi qualificada acertadamente como de natureza patriarcal, e não colonial, mas com caráter ainda mais marcadamente mercantil do que o já esgotado escravismo colonial (BLACKBURN, 2002; GENOVESE, 1983).

Tal estado de coisas somente vem a modificar-se de forma radical com a eclosão da chamada Guerra de Secessão, em 1861. Tal guerra, que aqui não é estudada com detalhe, decorreu basicamente de uma iniciativa de rebelião por parte dos Estados do Sul escravista contra o Governo Federal norte-americano. Apesar de todas as concessões que este vinha fazendo frente aos senhores escravistas desde 1787, o caráter conflitivo entre as duas regiões levou os senhores escravistas a tentarem organizar-se enquanto Estado independente. Todavia o Norte capitalista, já industrializado, alcançara grande superioridade militar, quando comparado com o Sul escravista, ainda eminentemente rural. Tratou-se, portanto, de uma modalidade de guerra civil, de natureza marcadamente política, que resultou, em 1865, na vitória militar do Norte sobre o Sul, ficando então os chamados Estados Confederados do Sul obrigados a dissolverem-se na grande república federalista protagonizada por então Governo Federal norte-americano (GENOVESE, 1983).

É neste contexto, de imposição militar, que se promove a emancipação definitiva da estrutura escravista, envolvendo africanos e suas gerações descendentes, em todo o território abrangido pela república norte-americana. Todavia permaneceram seqüelas desta longa ambivalência entre estruturas sociais distintas, vigorando durante bastante tempo, até quase os dias atuais, uma enorme carga de preconceitos, e o que é pior, de atitudes discriminatórias.⁵

Mas é preciso acrescentar que, do ponto de vista da História das Américas, o ano de 1865 marca na verdade um claro ponto de inflexão. É que, a partir daí, o Estado norte-americano, já então com uma estrutura política e econômica homogêneas, cada vez mais industrializado e fortalecido militarmente, passa a agir, e cada vez de modo mais claro e pouco sutil, na qualidade de uma grande potência, no seu relacionamento frente aos demais Estados nacionais então existentes no restante das Américas. Nasce e desenvolve-se assim um novo tipo de diplomacia neocolonialista que, pelo menos até à eclosão da chamada Primeira Guerra Mundial, já em 1914, é exercido de par com a

⁵ Ver, mais adiante, no segmento de balanço dos sub-períodos, a conceituação e a caracterização das principais heranças escravistas.

ação, também estruturalmente neocolonialista, protagonizada desde o começo do século XIX pela potência marítima representada pelo Estado imperial britânico (DONGHI, 1985).

A decadência do império espanhol, os movimentos pró e pós Independência e a formação de estados nacionais “republicanos”(1780...1820/30/46)⁶

Os movimentos pró-Independência na América Continental Espanhola guardam relação direta com o processo de decadência, econômica e política, de todo o Império Espanhol, que se acentua nas duas últimas décadas do século XVIII. Como reação a tal processo de decadência, a Coroa espanhola, na tentativa de modernizar-se para competir com as potências rivais – já a esta altura mais poderosas, no caso, a França, e mais fortemente o Império marítimo britânico – promoveu nas suas colônias do Continente americano um movimento de reformas políticas, voltadas para uma modernização das relações colonialistas de exploração. Isto, todavia, ao contrário de arrefecer o ímpeto dos movimentos pró-Independência, protagonizados por forças sociais diversas, inclusive setores situados nas camadas sociais dominantes, contribuiu para abrir caminho para um maior fortalecimento de tais movimentos.

Assim, pode-se afirmar que a crise, seguida de dissolução, da ordem colonial conseqüente à derrocada da monarquia absolutista na Espanha, tornou-se o elemento coadjuvante fundamental do processo político, preexistente em todas as colônias americanas, de luta por sua emancipação política, através da formação de Estados nacionais independentes.

Deve-se nesta altura afirmar que o peso político e institucional do escravismo, presente em toda a América, mas como se verá mais adiante, mais persistente em determinadas regiões—o caso do Brasil, o caso de Cuba no Caribe, e o Sul norte-americano—constitui-se no elemento fundamental da demarcação de campos opostos. Trata-se de um processo cada vez mais acelerado, no âmbito da própria crise do escravismo colonial, de diferenciação social e política nas Américas.

⁶ Os comentários neste segmento baseiam-se principalmente em DONGHI, (1985) e complementarmente, em WASSERMAN (2000).

É preciso assinalar que os movimentos pró-Independência nacional, ocorridos em toda a América colonial espanhola, estiveram todos baseados sistematicamente em verdadeiro processo de guerra contra o domínio da Coroa espanhola e seus prepostos coloniais, e o que é mais importante, norteados por um paradigma ideológico de inspiração republicana. Não se tratou, neste caso, de inspiração marcadamente Iluminista. Por esta razão, os Estados nacionais que resultam deste processo de guerra, apesar de sua forma republicana, diferem bastante do modelo de Estado republicano Iluminista, europeu ou norte-americano. Tal se deve, impõe-se insistir, devido ao peso e à persistência das relações escravistas, características do escravismo colonial implantado nas Américas.

Focalizam-se a seguir alguns dos principais movimentos de Independência nacional transcorridos no conjunto da América continental espanhola.

O caso do México

No caso do México se dá um processo de guerra contra o domínio colonial da Coroa espanhola o mais encarniçado do Continente, e o mais longo também, iniciando-se em 1808 e tendo seu auge na segunda década de 1800, somente se consolidando no ano de 1824. É no México onde o domínio colonial se mostrava mais enraizado, sendo por isto mais difícil e complexa a sua extirpação.

Após a consolidação do Estado nacional mexicano, instala-se uma luta entre duas tendências opostas que, na verdade, já se digladiavam antes mesmo de tal consolidação das estruturas estatais. Uma, a tendência liberal, republicana e federalista; a outra era a tendência centralista conservadora que estava baseada, em verdade, nos seus laços com o escravismo. Este não foi extirpado juntamente com o ato de Independência nacional, muito embora tenha tido muito menor duração do que no caso do Brasil imperial e da Cuba colonial.

O movimento Bolivariano: do levante armado às secessões caudilhistas

Assumem vulto especial, entre as lutas da guerra pela Independência do domínio colonial da Coroa espanhola, as que tiveram em sua liderança a figura ímpar de Simón Bolívar. Destaque especial se deve dar ao projeto político por ele perseguido que consistia em consignas voltadas para o

objetivo maior de unificação de toda a chamada América espanhola.

O processo de guerra sustentado por Bolívar num vasto território que abrangia a Venezuela, a grande Colômbia, e na região andina, as áreas onde hoje se situam, respectivamente, a Bolívia, o Peru, o Chile e o Equador, apesar de seu projeto político unificador, difere todavia do que se desenrolou no território mexicano, devido à circunstância de haver prevalecido um processo fratricida de separação política, que resultou na formação de pequenos Estados nacionais, fruto da ação divisionista de uma liderança intermediária, marcada pelo traço comum do caudilhismo. Emprega-se aqui o conceito de caudilho como o de um líder militar essencialmente autoritário e ambicioso.

A região do Prata

Também na vasta Região do Prata, que em parte coincide com o território dos países do atual Cone Sul, a luta contra o domínio colonial espanhol ocorreu com base em sucessivos levantes armados que, todavia, tiveram menor duração do que as guerras do México e as guerras Bolivarianas. Já ao fim da primeira década do século XIX formam-se os Estados nacionais da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, com caráter mais marcadamente republicano.

Entretanto, também na Região do Prata instala-se um processo de contra-revolução que põe em perigo a Independência nacional recém-conquistada. A virulência da reação conservadora tem, todavia, base social menos consolidada porque, justamente em tal Região, os contingentes escravos foram sempre minoritários no conjunto da população. Onde, portanto, o peso do escravismo possuía menor vigor.

O caso da América Central

Tal como nas demais regiões onde vigorou o domínio colonial da Coroa espanhola, também na América Central as lutas pela Independência nacional assumiram a forma de processos de guerra. Sua proximidade, como Região, do território mexicano, explica, em grande medida, a grande correspondência entre as lutas que ali transcorreram e as que se desenvolveram no grande Estado vizinho, assumindo muitas vezes grande dependência dos desfechos alcançados neste último.

Uma outra especificidade das guerras de Independência nesta Região residiu numa maior vulnerabilidade do processo político que se via, mais do que no México, submetido à influência deformante da ação colonialista, primeiramente exercida pela potência marítima inglesa, e a partir sobretudo da segunda metade do século XIX, pela potência imperialista norte-americana.

Considerações sobre a herança da emancipação hispano-americana

O legado principal das lutas pela Independência nacional travadas em todo o Continente contra o domínio da Coroa espanhola constituiu-se no fato de sua radicalidade, enquanto processo político, não só por basear-se em lutas com caráter permanentemente armado, mas também por ter contado com uma participação maior de camadas pobres da população, inclusive de mestiços, muito embora sob a influência ideológica das camadas dominantes. É um processo que, em seu conjunto, difere essencialmente do modelo brasileiro, sobretudo porque, apesar da influência caudilhista, o paradigma que rege as lutas de Independência no mundo hispano-americano é, em sua essência, de natureza republicano, ao contrário do que se dá no caso do Brasil, onde predominou sempre o paradigma da monarquia centralizadora, embora já não de natureza absolutista.

Brasil: da crise colonial ao império escravista constitucional (1763/98.....1808/1850)

Serão tratados a seguir os principais aspectos relacionados com o percurso histórico da complexa formação social que implicam no surgimento diferenciado da nação e do Estado brasileiro.

Impõe-se esclarecer de saída que, no caso brasileiro, não se devem confundir dois processos que, embora estreitamente correlacionados, possuem momentos distintos. Com efeito, no Brasil o Estado, com toda a sua estrutura burocrática característica, se constituiu muito antes da própria nação brasileira.⁷

⁷ Para esta visão convergem todos os pesquisadores que se norteiam pela vertente mais avançada e mais conseqüente do chamado materialismo histórico.

A crise colonial e as conjunturas pré-independência

Tal como no caso do Império espanhol, também o Império português encontrava-se em plena crise, desde meados do século XVIII, frente às potências colonialistas rivais, sobretudo em face do progressivo predomínio da potência marítima da Inglaterra que, a esta altura, disputava liderança com a potência absolutista francesa.

É em tal contexto que, também de forma semelhante ao que mais acentuadamente se dá com o Império espanhol, a Coroa portuguesa inicia, com o Marquês de Pombal à frente, um intenso processo de reformas internas que alcança a sua colônia continental na América, sobretudo a partir do ano de 1763, quando se dá a passagem da sede da colônia da Cidade de Salvador, na Bahia, para a cidade do Rio de Janeiro.

Comparativamente ao que ocorre com as reformas desenvolvidas pelo Império espanhol, o processo liderado pelo Marquês de Pombal atinge menor radicalidade, no que respeita tanto ao seu alcance, quanto aos seus aspectos estruturais. Isto, apesar das aparências em contrário, como por exemplo, a política de expropriação sistemática de todas as propriedades da Ordem dos Jesuítas em toda a colônia portuguesa. Esta maior radicalidade do referido processo de reformas desenvolvido pela Coroa espanhola ocorre de modo mais intenso, no que respeita às suas colônias no Continente americano, sobretudo no México, mas também na Região do Prata (DONGHI, 1985).

Desde o ano de 1720, marcado pela revolta nativista ocorrida na província do Rio de Janeiro, até ao movimento, mais profundo quanto ao seu ideário e quanto ao seu caráter conspirativo, que ficou conhecido pelo nome de Inconfidência Mineira, em 1789, intensificou-se a repressão violenta e exemplar contra os chamados movimentos nativistas por parte da Coroa portuguesa.

Mas é longe daí, de novo na província da Bahia, na sua Capital, que ocorre a mais profunda e mais abrangente revolta pró-Independência, no ano de 1798, mais conhecida pela historiografia oficial como a “Revolução dos Alfaiates”. Trata-se de um movimento sedicioso de largo alcance social, e baseado num ideário inspirado na filosofia Iluminista que, por isto mesmo, levantou bandeiras políticas radicais, tais como a proposta de abolição da escravatura, no âmbito do que então foi chamado de “República Bahiense”. Tal movimento foi esmagado no seu nascedouro, quando o processo

conspirativo já estava, todavia, bastante avançado, com o aparecimento de pequenas proclamações afixadas nos muros das ruas centrais da Capital, nas quais se apelava à adesão popular para as propostas do movimento.

Sua repressão pela Coroa portuguesa, que se utilizou para isto de seus prepostos coloniais na província da Bahia, foi ferozmente violenta, com rito jurídico sumário e viciado, levando à força quatro de seus principais líderes, todos pertencentes a camadas não proprietárias, alguns alfaiates, outros intelectuais, outros pertencentes aos quadros intermediários da força militar então constituída na colônia. Ficaram, todavia, a salvo da repressão, e não por acaso, alguns poucos representantes da oligarquia local que, durante a fase conspirativa, apoiavam com entusiasmo o ideário do movimento sedicioso. Inversamente, foram também alcançados pela fúria repressiva onze escravos urbanos de Salvador que, de alguma maneira, apoiavam a sedição, na expectativa da libertação de todos os seus companheiros de infortúnio escravagista. Tais fatos estão a indicar que se tratou de um movimento com largo espectro social, grande abrangência e penetração nas camadas populares, inclusive de escravos urbanos.

Daí por diante, durante e depois da Independência nacional, não se tratou mais, pelo menos em nível de consignas políticas, de libertação de escravos, inclusive nos movimentos liberais de caráter antimonárquico ocorridos ao longo século XIX, especialmente na primeira metade deste. Somente na conjuntura da crise final do escravismo, nas últimas décadas do século XIX, é que se voltou a colocar de forma nítida a bandeira da abolição do regime escravocrata.

Este movimento sedicioso da Bahia, ocorrido, como se indicou atrás, no final do século XVIII, desatou na verdade uma nova conjuntura de revoltas sociais, sobretudo de insurgência escrava em toda a região açucareira da Bahia. Sua importância, hoje reconhecida pela historiografia acadêmica, vem sendo profundamente estudada, possuindo já, por isto mesmo, uma significativa bibliografia.⁸

⁸ Deve-se indicar aqui, pelo menos, dois desses principais estudos: um, realizado por um professor emérito da Universidade Federal da Bahia, Luís Henrique Dias Tavares, com vários títulos publicados; outro, em pesquisa realizada por um professor da Universidade de São Paulo, István Jancksó, publicado em 1996, conjuntamente em São Paulo e em Salvador, respectivamente, pela Editora Hucitec e pela Editora da Universidade Federal da Bahia.

Ainda em referência ao que se vem chamando de conjunturas pré-Independência, focalize-se agora o episódio que ficou conhecido como a “transmigração da Coroa portuguesa”, em 1808, com todo o seu séqüito, para a cidade do Rio de Janeiro que, de sede colonial converteu-se, a partir daí, em verdade, na sede efetiva de todo o Império português, já a esta altura bastante combalido, e agora sob ameaça militar do governo de Napoleão Bonaparte, este que, na sua disputa pela hegemonia contra o Império marítimo inglês, acabara de decretar o então famoso “Bloqueio Continental”. Fugindo de tal bloqueio, de que resultaria a invasão militar de Portugal, a Coroa portuguesa, sob o bafejo da “proteção” colonialista do governo inglês, tomou a decisão estratégica de instalar-se no Rio de Janeiro, onde intensificou o processo de reformas iniciado pelo Marquês de Pombal, desde meados do século XVIII.

Nesta nova conjuntura, tais reformas possuem caráter de maior profundidade, como a famosa abertura dos portos ao comércio internacional, fato que, por si só, consagra na prática o encerramento do ciclo colonial, marcado pelo chamado “exclusivo metropolitano”, este que se constituiu na característica fundamental da dominação colonial mercantilista. Já em 1815, tal processo atinge o seu auge político, com a constituição do que se veio a chamar de Reino Unido de Portugal e Algarves, reino que, todavia, já se encontrava, no seu conjunto, cada vez mais dependente da “proteção” colonialista do governo da Inglaterra, em processo de subordinação ainda mais profundo do que aquele a que já se encontrava também submetido o decadente Império espanhol (RODRIGUES, 1976).

As Independências do Brasil, o primeiro reinado e o período Regencial: revolução e contra-revolução (1822/23... 1824/38)⁹

Está-se tratando aqui do processo de Independência nacional no plural, como as Independências do Brasil porque, na verdade, embora se refiram a episódios bastante semelhantes quanto ao seu conteúdo, tiveram percursos diferentes, na forma e no espaço. O primeiro, ocorrido em 1822 sob a liderança ostensiva de Pedro I, mas em verdade conduzido ideologicamente por toda uma plêiade de intelectuais comprometidos com um projeto político conservador e centralista, de paradigma monárquico, resultou na proclamação do Império brasileiro, formalmente separado de sua sede

⁹ Os comentários deste item estão baseados em fontes diversas, principalmente em RODRIGUES, José Honório (1976).

subsidiária em Lisboa; tratou-se, ao fim e ao cabo, de toda uma transação política, destinada a preservar, agora com sede no Rio de Janeiro, o que restava da Coroa portuguesa.

O outro episódio, que completa a Independência nacional brasileira, ocorre na província da Bahia sob a forma de um processo de luta armada. É que, na sede desta província, enquistava-se uma camada economicamente forte de comerciantes portugueses que se apoiava num destacamento militar liderado, ironicamente, por um comandante que se colocava em oposição ao governo de Lisboa, então estabelecido. Por esta razão, na Bahia tal oligarquia comercial portuguesa ofereceu feroz resistência ao processo de negociação já consagrado na cidade do Rio de Janeiro, proclamada sede do Estado nacional brasileiro. E por isto tomou a iniciativa de rebelar-se contra o reconhecimento do novo governo independente brasileiro, representado na pessoa do Imperador Pedro I.

Em conseqüência disto, os setores dominantes na Bahia, representados basicamente por comerciantes e senhores de engenho, os quais tinham contradição com a camada, a esta altura minoritária, de comerciantes portugueses instalados nesta província, passaram a organizar e liderar um movimento, de caráter conservador, pela Independência da Bahia. Tal movimento na verdade representava, do ponto de vista político, uma iniciativa de adesão à autoridade do governo encabeçado pelo Imperador Pedro I, sediado na Cidade do Rio de Janeiro. Tal foi o conteúdo das proclamações produzidas pela Câmara de Vereadores da Vila de Santo Amaro, no coração do Recôncavo açucareiro, e logo a seguir, do ato de constituição do primeiro governo independente da Bahia, sediado inicialmente na Cidade de Cachoeira, também no Recôncavo açucareiro.

É preciso acrescentar que, na estruturação deste movimento, os senhores de engenho da Bahia conseguiram mobilizar politicamente toda uma camada da população pobre que sofria, mais do que eles, as inclemências e a insolência da postura colonialista da oligarquia comercial portuguesa, sediada na Capital. Foi então organizada uma força militar liderada por um mercenário francês conhecido como o General Labatut, em cujas fileiras se incluíram escravos da cidade e dos engenhos, mobilizados sob a promessa de que, depois da derrota militar dos portugueses da Bahia, todos seriam alforriados e proclamados soldados do Império, os que vivos resultassem das batalhas que transcorreram no período de junho de 1822 até julho de 1823 (RAMOS, 1998).

Deve-se acrescentar ainda que, para garantir a vitória das tropas brasileiras sobre as tropas portuguesas, militarmente mais fortes e estruturadas, o governo imperial do Rio de Janeiro mobilizou, com o respaldo dos altos interesses da potência marítima da Inglaterra, o apoio do Almirante inglês, Lord Cochrane, o qual aportou à bahia de Todos os Santos reforços militares, oriundos do Rio de Janeiro, para garantir o cerco final das tropas portuguesas, já então enfraquecidas, e enquistadas na capital da Bahia.

Por todas estas razões, este segundo episódio que consagrou a Independência nacional brasileira, apesar da sua forma cruenta, baseada em luta armada, pode ser considerado um movimento de natureza conservadora, tal como a negociação que resultou na formação do governo imperial sediado no Rio de Janeiro apesar dos aspectos libertários representados, não só por suas consignas, mas pela mobilização popular então empreendida.

É preciso ficar bem claro que, após a vitória militar contra as tropas portuguesas da Bahia, consolidada com a entrada triunfal, na capital, das tropas brasileiras, em 2 de julho de 1823, tudo continuou como antes no que se referia à continuidade das relações escravistas, tanto nos engenhos, quanto nas Vilas e na Capital. Tal é o pano de fundo do processo de insurgência escrava, bem anterior às lutas pela Independência da Bahia, e que, a partir daí, alcança um fôlego ainda maior, tornando-se, como já se indicou atrás, um processo duro de embates, no qual a repressão armada contra os escravos rebelados, que passou a ter caráter eminentemente preventivo, conseguiu derrotar todas as tentativas, no período de 1823 até 1835, neste último ano com o esmagamento da conhecida e já referida “Revolta dos Malês” (RAMOS, 1998).

Durante o reinado de Dom Pedro I, até à sua renúncia, em 1831, e durante todo o período Regencial, que daí se seguiu, instalou-se pelo País afora, um período marcado por grande turbulência política. Isto tinha a ver, basicamente, com o conflito que se travou entre duas tendências ideológicas contrapostas: uma, liberal, democrática, federalista, e em alguns casos, até republicana. No caso do Brasil, diferentemente do que ocorreu nos países que se originaram da derrocada da América espanhola, tal corrente era mais débil, sobretudo do ponto de vista de suas bases políticas; por isto mesmo, acabou sendo derrotada em todas as tentativas havidas de concretização de suas consignas, ao longo de todo o período que se estende entre 1824 e 1838. Período que, por esta razão, é aqui caracterizado como de vitória da contra-

revolução, isto é, vitória da corrente que, desde o início, se enquistou no poder do Estado que, por isto mesmo, manteve-se sempre como um Estado conservador, baseado numa Monarquia Escravista e Centralista, apesar do seu embasamento legal, de natureza Constitucional.

A consolidação do projeto conservador e centralista de escravismo constitucional: 1840/1850

São apresentadas a seguir considerações de síntese sobre o processo de formação do Estado nacional brasileiro, originalmente constituído como Estado monárquico e escravista, embora com ordenamento jurídico de natureza constitucional.

Tal Estado, como se indicou quando da análise da chamada transmigração da Coroa portuguesa para a Cidade do Rio de Janeiro, em 1808, em verdade começa a organizar-se a partir deste ano quando, ainda formalmente, a Cidade do Rio de Janeiro funcionava como a sede da colônia continental americana do Império português. Daí por diante, durante todo o processo das lutas pró-Independência nacional, e no enfrentamento dos movimentos libertários de natureza federalista e antimonarquista, que se sucederam no intervalo entre 1824 e 1835/48,¹⁰ o que aqui se está chamando de projeto conservador e centralista de escravismo constitucional foi se fortalecendo, alcançando o seu auge na década de 1840/50, em que se destacam dois processos políticos que a seguir são discriminados.

O primeiro deles é o chamado “Golpe da Maioridade”, ocorrido em 1840, que consistiu basicamente numa articulação palaciana, de natureza tipicamente golpista, de que resultou o encerramento do chamado período regencial, com a entronização do Imperador Pedro II que, atingidos quinze anos de idade, foi declarado Chefe de Estado, mantendo-se no comando do poder político a fração conservadora mais consistente que vinha se impondo militarmente frente aos diversos movimentos libertários que se lhe opuseram, ao longo sobretudo do intervalo mais crítico de turbulência política, situado entre os anos de 1824 e 1835.

O outro episódio refere-se à promulgação, em 1850, da chamada Lei de Terras, cujo conteúdo, não só consolida a estrutura agrária prevalecente

¹⁰ Há todo um segmento de capítulo no documento original, ainda não publicado, da pesquisa de Pós-doutoramento realizada no PROLAM/USP em 2004/2005, e referida neste ensaio, onde são focalizados sumariamente os movimentos federalistas e antimonárquicos deste sub-período.

desde os primórdios coloniais, caracterizada pelo monopólio da terra, como lança as bases para instituir tal regime de monopólio, no acesso à terra, nos marcos de um processo geral de mercantilização e de privatização. No caso, tanto da terra, como do conjunto dos recursos naturais.

Com tal Lei, o Estado escravista na verdade lança as bases de um processo de transição a uma sociedade pós-escravista que, já no âmbito de outra conjuntura histórica, o da crise final do escravismo, percorre um caminho especial de implantação de novas relações sociais de produção, as relações já típicas da estrutura capitalista.

O mundo caribenho e sua inserção diferenciada na crise do escravismo colonial (1789/91....1804/15/31/98)

Impõe-se insistir agora no fato importante de ser o denominado Mundo Caribenho a região nas Américas por excelência onde mais fortemente se desenrolou o processo político-militar de disputa de territórios entre potências colonialistas rivais, neste caso a Espanha, a França, a Holanda e a Inglaterra.

Ao contrário da rivalidade entre os Impérios português e espanhol, presente nas áreas continentais americanas ao Sul do Equador, no Caribe os principais contendores, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, são a França absolutista, e depois a França pós-revolucionária, de um lado, e de outro, a potência marítima da Inglaterra que, já a partir de meados do século XIX, assume papel hegemônico, somente ameaçado, desde então, pela nascente potência imperialista representada pela República Federativa dos Estados Unidos da América do Norte (DONGHI, 1985).

O caso da ilha de Cuba

A sociedade escravista que se estruturou na Ilha de Cuba apresentou a particularidade de percorrer, na Região Caribenha, uma trajetória histórica toda especial. Apesar de sua organização social e política assumir a forma típica da grande exploração açucareira, característica de todas as explorações escravistas implantadas no Caribe, a Ilha de Cuba, por sua localização geográfica estratégica, esteve sempre posta numa condição especial, no que respeita aos processos de barganha política, no âmbito das rivalidades entre as potências colonialistas presentes em toda a Região Caribenha. Disto resultou a

circunstância de permanecer Cuba, enquanto território de domínio colonial, sob a batuta da Coroa espanhola, onde ocorre, além disto, um retardamento das lutas pró-Independência nacional que, neste caso particular, vieram a ganhar força de par com as lutas escravas, mas já numa conjuntura marcada pela crise final do escravismo nas Américas.

Por isto é que, em Cuba, expressão mais acabada da forma clássica do escravismo colonial, tal como aqui caracterizado, por força do referido retardamento das lutas pró-Independência a formação de um Estado nacional independente somente vem a consolidar-se no final do século XIX, especificamente no ano de 1898, numa conjuntura histórica em que já de há muito desaparecera da História americana não só o colonialismo mercantilista, como também as modalidades clássicas do escravismo colonial. Em Cuba, a derrocada do domínio colonial já se dá no âmbito da própria crise final do escravismo nas Américas (DONGHI, 1985).

O caso da ilha de Saint Dominique

A trajetória histórica que implicou na derrota do escravismo colonial na Ilha de Saint Dominique, de par com uma insurreição escrava vitoriosa na qual foi instituído um Estado independente e republicano, apresentou uma característica também toda especial, marcada por um processo político de revolução e contra-revolução que se desenrolou num tempo histórico bastante curto. A etapa de insurreição escrava vitoriosa e de avanço de uma revolução burguesa anticolonial bastante radical percorre o intervalo que medeia os anos de 1791 a 1804; daí por diante, sob o impacto do retrocesso político da revolução burguesa na França – que desemboca na estruturação de um Estado autoritário sob Napoleão Bonaparte – desenvolve-se na Republica Negra do Haiti um complexo processo de contra-revolução, do qual resulta, já em 1815, por influência direta deste mesmo Napoleão, a restauração das relações escravistas de produção na antiga colônia francesa, agora todavia um Estado nacional independente (BLACKBURN, 2002).

Na esteira de tal processo restauracionista do escravismo, já sem a marca colonial, desenrola-se todo um percurso histórico, que aqui não se vai focalizar, do qual resulta tornar-se o Haiti, mesmo na conjuntura da crise final do escravismo, e depois desta, até aos nossos dias, no país mais pobre das Américas. Trata-se, neste caso, de uma herança bastante pesada do

escravismo, com as suas seqüelas mais características, que são a pobreza, o atraso e a fragilidade política do Estado nacional que daí resulta.

As áreas de colonização britânica

No âmbito da Região Caribenha as áreas de colonização britânica apresentam a particularidade de terem sido estruturadas tanto nas Ilhas quanto na área continental das Guianas. Em todas elas a exploração escravista foi sempre marcada pela presença da grande exploração territorial, principalmente a açucareira, onde predominou, mais acentuadamente do que nas demais, o modelo de exploração absenteísta.

Por conta desta característica fundamental, a derrocada do escravismo colonial, fruto neste caso mais marcadamente das revoltas escravas do que das lutas pró-Independência-- sustentadas por segmentos não-escravos da população abriu caminho para a formação de Estados nacionais independentes (BLACKBURN, 2002).

Estes, todavia, quando já livres da presença, em seus territórios, da exploração escravista, permaneceram submetidos, tanto a nível econômico como a nível político, a uma nova exploração, agora de caráter neocolonial, sob o comando da mesma potência marítima inglesa que se torna, como já se assinalou, hegemônica na nova ordem mundial, por se constituir enquanto potência industrial capitalista (DONGHI, 1985).

A crise final do escravismo nas Américas e as trajetórias diferenciadas das sociedades pós-escravistas (1850/1870... 1888/1920/30)

Agora serão tratadas questões que se referem à conjuntura da **crise final do escravismo**.

A exposição focaliza os seguintes aspectos, a saber:

- a) O Conceito de “Escravidismo Tardio” e da Crise Final do Escravismo;
- b) Os Abolicionismos como bandeira política de Segmentos Não-Escravos.

O conceito de “escravismo tardio” e da crise final do escravismo

Lida-se agora com fenômenos históricos que somente ocorrem após a derrocada do sistema colonial do mercantilismo, esta que marcou a essência do anterior sub-período de crise do escravismo colonial. Trata-se sobretudo de uma época em que as Américas de um modo geral, nas suas quatro áreas típicas referidas, apresentam percursos diferenciados, na esteira dos movimentos pró-Independência e dos movimentos libertários que a estes se seguiram.

São percursos que, primeiramente, são distintos, em bloco, daqueles característicos do modelo clássico europeu de revolução burguesa, e de formação dos seus respectivos Estados nacionais, também chamados Estados de direito, ou democráticos. No caso das Américas, a transição para o capitalismo se deu sempre, apesar das variadas trajetórias, a partir de sociedades estruturadas pelo chamado escravismo moderno, ou escravismo colonial. Justamente esta transição é que marca o sub-período histórico agora sob exame.

Em segundo lugar, deve-se ressaltar que a conjuntura característica do que se está chamando de escravismo tardio não ocorre em todas as áreas de sociedades escravistas americanas, e sim, em apenas algumas delas, que agora serão objeto de análise específica.

O conceito de escravismo tardio revela-se de fato bastante fértil. Foi lançado primeiramente por Clóvis Moura. A fertilidade de tal conceito tem a ver com o fato de que, no desfecho da crise do escravismo colonial, permaneceram ainda algumas sociedades onde continuaram existindo relações escravistas de produção (MOURA, 1987).

Focalizem-se então aquelas sociedades nas Américas que são aqui tratadas como áreas de escravismo tardio.

São elas: o Império escravista brasileiro; o Sul dos Estados Unidos pós-Independência nacional, até à guerra de Secessão; e no Caribe, o caso da Ilha de Cuba. O fato comum a todos estes três casos reside na vitalidade econômica deste escravismo remanescente, numa época em que o escravismo já fora extinto em extensas áreas das Américas (BLACKBURN, 2002).

Apesar deste traço comum, apoiado internamente na estrutura do Estado

e em economias mercantis de exportação, agora, neste novo contexto, o escravismo tardio inscrevia-se num mercado mundial já não mais hegemonizado por potências mercantilistas, com Estados absolutistas, e sim, por potências capitalistas industriais, comandadas cada vez mais pelo chamado capital financeiro internacional.

Comparando-se essas três áreas de escravismo tardio, deve-se apontar, para o fato de que, tanto no caso brasileiro, quanto no caso cubano, continuaram prevalecendo as grandes explorações territoriais, durante muito tempo ainda apoiadas na importação de escravos africanos, via tráfico transatlântico; ao contrário, no Sul escravista norte-americano, esta predominância de escravos africanos começa a desaparecer, por conta da proibição, já em 1807, do referido tráfico transatlântico ao Norte do Equador (DONGHI, 1985); (BLACKBURN, 2002).

No caso do Império escravista brasileiro, a proibição definitiva de tal tráfico somente ocorre em 1850, apesar das sucessivas restrições de ordem legal que se foram estabelecendo a tal tráfico desde o momento da Independência nacional, isto é, desde o começo do século XIX. Durante este intervalo, com a redução progressiva deste tráfico transatlântico, as importações de escravos africanos se dão por vias internas, desde o Nordeste açucareiro e também das áreas de mineração, já a esta altura em plena decadência. De qualquer forma, todavia, a população escrava de origem africana vai perdendo sua predominância absoluta nos contingentes escravos, tendendo, assim, a consolidar-se um processo de criouliização, fato que, característico do modelo predominante nas fazendas de café, vai obrigando à formação de famílias escravas, no interior de cada fazenda. Nesta medida poder-se-ia apontar certa semelhança com o que se dá, de modo mais intenso, no Sul escravista norte-americano (VIOTTI, 1998).

No caso deste Sul escravista norte-americano, onde a proibição do tráfico transatlântico se dá desde 1807, tal processo de criouliização ocorre de forma mais intensa e homogênea.

No caso de Cuba ocorreu um prolongamento do tráfico transatlântico de escravos africanos, por conta da continuidade, por sua vez, da permanência do estatuto colonial, sempre sob o domínio da Coroa espanhola. Tal situação vigorou ao longo de quase toda a segunda metade do século XIX, somente

sendo superada em 1898, no âmbito da guerra de Independência contra o domínio espanhol, quando na verdade se inicia uma nova etapa, marcada por um sistema neocolonialista, este diretamente subordinado aos interesses imperiais do governo dos Estados Unidos da América (DONGHI, 1985).

Os abolicionismos como bandeira política de segmentos não-escravos

Trata-se de um fenômeno em verdade curioso, instigante. Note-se que, objetivamente, é aos escravos a quem interessava a sua própria libertação. Para desvendar-se tal ironia histórica, é necessário compreender-se que as lutas escravas, que sempre existiram nas sociedades escravistas, apresentam-se distintas nos dois sub-períodos históricos, o primeiro, de crise do escravismo colonial, e o segundo, o da crise final do escravismo.

Neste primeiro momento, todos os movimentos escravos, sejam quilombistas, insurrecionais, ou um misto deles exceto, como se sabe, no caso da antiga Saint Dominique, onde se instalou a República Negra do Haiti—todos eles foram política e militarmente esmagados, seja pelos Estados escravistas, seja pela capangagem privada dos senhores de escravos.

No segundo momento, que coincide com a conjuntura da crise final do escravismo, as lutas escravas começam a adquirir um outro caráter, associando-se cada vez mais às lutas de outras camadas exploradas da população. Neste ponto deve-se apontar uma pequena discordância com a análise de Clóvis Moura, a propósito de um alegado arrefecimento das lutas escravas nesta nova conjuntura.

Mas é importante, isto sim, ressaltar-se a contribuição deste estudioso, quando faz referência a uma mudança que ocorre na legislação do Estado escravista. Na etapa de escravismo colonial, predominou o aspecto exclusivamente repressivo; já no período do escravismo tardio, e de crise final do escravismo, a legislação passou a assumir uma forma protecionista, sob a fachada de “leis protetoras”. Tratava-se agora, na verdade, de garantir a continuidade da força de trabalho escrava pela via da formação de famílias escravas cujos contingentes, anteriormente adquiridos a baixo preço, via tráfico transatlântico, agora se tornavam, ou mercadorias muito caras, ou simplesmente mercadorias não mais disponíveis.

Na verdade, não há atenuação das lutas escravas; ao contrário, por força da

confluência entre o movimento abolicionista—organizado por segmentos de população não-escrava—e as diferentes formas de resistência escrava, ocorre um maior fortalecimento de tais lutas. Pois agora, ao contrário do período anterior, o da crise do escravismo colonial, na crise final do escravismo os escravos já não lutam mais sozinhos (MOURA, 1987; VIOTTI, 1998).

Pode-se a esta altura avançar uma pequena digressão, para fazer-se referência à influência ideológica do Iluminismo, como inspiração das idéias abolicionistas, e portanto, dos movimentos abolicionistas. Mas agora se trata de um novo contexto libertário: o do rebatimento, nas Américas, das idéias de liberdade, sob a forma de uma tomada de consciência da questão escrava, o que ocorre principalmente entre segmentos sociais não-escravos, mas já constituindo camadas urbanas a um só tempo exploradas e intelectualizadas.

Como movimento que se constitui exteriormente às lutas escravas, mas que se voltava para elas, formaram-se por isso mesmo, no abolicionismo, duas correntes ideológicas distintas, e isto não somente no caso brasileiro. A primeira corrente, eminentemente conservadora, estava interessada na preservação dos interesses maiores das classes dominantes como um todo, justamente agora que o escravismo como sistema ia se tornando mais impopular e obrigado, nestas condições, a conviver com outras relações sociais, no caso, as relações capitalistas de produção.

É em tal contexto que as próprias lutas escravas já não se voltam apenas para si mesmas, mas para outras camadas exploradas da população, com estas entrando em franca articulação. São tais camadas que constituem a base social da corrente radical do movimento abolicionista (VIOTTI, 1998).

Balanco dos sub-períodos

Procede-se aqui, à guisa de síntese, a um balanço dos dois sub-períodos históricos estudados.

Note-se que eles se referem a longas conjunturas de crise; fundamentalmente crises de poder político, com as correspondentes reestruturações sociais.

Toda a análise desemboca num esforço de elucidação da natureza da ambigüidade política dos movimentos sociais, o que obriga, antes, a uma identificação do que aqui se denominam as heranças escravistas, em suas manifestações mais típicas. Obriga, além disso, a uma análise das referidas conjunturas de crise, bem como de seus diferenciados desfechos.

Heranças escravistas: manifestações típicas

As heranças escravistas são conceituadas como sintomas e processos que vêm até à atualidade. Daí a sua denominação. O que varia, e muito, são suas formas de ocorrência; tal variação tem a ver com as diferenças de percurso histórico, já referidas atrás.

A seguir são tratadas algumas dessas principais manifestações típicas de heranças escravistas.

A primeira delas pode ser enunciada como uma forte tendência ao consumo ostentatório, em detrimento do que se qualifica como uma tendência ao inversionismo. Trata-se de uma característica bastante acentuada do comportamento das classes dominantes nas sociedades de escravismo colonial, especialmente dos senhores de engenho. Mas se trata, sobretudo, do caráter perdulário da própria economia escravista.¹¹

Esta é uma tendência prevalecente, com muito mais nitidez, nos países de origem ibérica da América Latina, do que naqueles oriundos do antigo domínio colonial inglês. Sua presença, por sua vez, se dá em graus variados, nos diversos países da América Latina. Tal tendência, impõe-se assinalar, constitui-se num freio ao livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

A segunda manifestação de herança escravista vai na mesma direção da anterior: predominância das relações de caráter pessoal sobre aquelas que decorrem de relações contratuais. Esta é, em verdade, uma característica marcante das sociedades escravistas nas Américas, do chamado escravismo moderno. Em tais sociedades, via de regra, não há contratos nem escritos, nem orais, e sim, todo um ordenamento social baseado na tradição, na autoridade pessoal dos proprietários e/ou dos mandatários do aparelho de Estado, este que tem caráter marcadamente absolutista.

É, exatamente, a situação contrária que caracteriza as sociedades capitalistas, estas que necessitam de relações contratuais, para a garantia do

¹¹ Isto é exatamente o oposto do que caracteriza as sociedades capitalistas, principalmente aquelas mais clássicas, e desde a sua formação. Como se sabe, o sistema capitalista pressupõe o investimento e o reinvestimento do sobre-trabalho, isto é, da mais-valia.

caráter de impessoalidade, nas relações de trabalho¹²

Esta característica das sociedades escravistas, que se revela na predominância, ou maior importância, das relações de natureza pessoal, exerce também um forte freio ao livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção em si. É, por essa razão, uma herança escravista que, marcadamente, continua presente nas sociedades pós-escravistas, variando tão somente nas suas manifestações específicas, conforme cada uma das quatro grandes trajetórias históricas identificadas.

A terceira manifestação de herança escravista, de certo modo já implícita na anterior, e que assume importância especial nas sociedades pós-escravistas, pelos efeitos políticos que dela decorrem, é o que aqui se chama de ranço autoritário nas relações de poder; ranço que se manifesta especificamente sob a forma de uma resistência a qualquer espécie de negociação. Lembre-se que a autoridade pessoal do senhor escravista, ao ser exercida, tende a fechar quaisquer espaços para negociação com os que lhe são subordinados, embora tenha havido, sim, ao longo de todo o período das sociedades escravistas, outras espécies de entendimento – mas sem passarem nunca por qualquer forma de negociação.

Bem ao contrário, nas sociedades capitalistas, ou nas que caminham para elas, o processo de negociação na compra e venda de força de trabalho, por exemplo, constitui elemento fundamental; e seu instrumento formal são os contratos de trabalho; o que pressupõe, evidentemente, algum procedimento de negociação entre as partes.

Inversamente, a resistência aos procedimentos de negociação é própria dos herdeiros das sociedades que transitaram do escravismo para o capitalismo. Este ranço autoritário, presente na ideologia dos herdeiros dos senhores de escravos, hoje donos do capital, constitui elemento fundamental da essência autoritária, vigente até ao presente, nas relações de poder, isto é, na esfera das relações políticas, incluindo principalmente as que envolvem as estruturas estatais.

¹² Por exemplo: ao capitalismo não interessa, ou se se quer, aos capitalistas enquanto empregadores de força de trabalho, o exercício de relações de trabalho de natureza pessoal com seus empregados. Ao contrário, existe toda uma linha de ação que se apóia em instrumento contratual, através de procedimentos administrativos, de natureza funcional-burocrática. Isto é válido, e necessário, não só para ordenar as relações entre capital e trabalho, como para todo o conjunto da estrutura social capitalista.

Pode-se afirmar, então, que o poder político, em todas as sociedades pós-escravistas das Américas, com exceção do caso especial dos Estados Unidos da América em sua origem, é essencialmente autoritário – em sua estrutura, em suas práticas, e em seus valores. As formas democráticas de convivência social e política, herança da liberal democracia resultante das revoluções burguesas são, pois, de caráter muito recente no mundo originário das sociedades pós-escravistas; e de precária sustentabilidade. Isto deve ficar posto, no processo comparativo de análise, como um aspecto essencial.

As conjunturas de crise e seus desfechos

É preciso esclarecer, com mais precisão, o conceito do que se está denominando de conjunturas de crise, especialmente dos seus processos de desfecho. As conjunturas de crise são marcadas, no longo prazo, por um processo mais acentuado de turbulência política. Os momentos de desfecho de tais conjunturas referem-se, especificamente, ao que já se denominou aqui de agudização da crise.

O momento de agudização da crise do escravismo colonial se dá quando este fenômeno, de constituição de um mercado mundial, não só está em plena vigência, mas assume, por isso mesmo, um papel determinante nos processos sociais, sobretudo nas relações entre as potências imperiais, e entre estas e suas colônias. Tal compreensão mostra-se decisiva, em qualquer análise que se tenha de fazer sobre a História das Américas.

Aspecto relevante, em toda a História da América escravista e pós-escravista, constitui-se no fato fundamental de que, de uma maneira generalizada (salvo exceções), tais desfechos tomam sempre um rumo conservador. Tal permite afirmar-se ter havido uma predominância de soluções conservadoras na História das Américas em geral. Tal predominância mostra-se, no caso da crise do escravismo colonial, como a sua espécie de marca registrada. O que ocorre de específico, neste particular, são as variações de forma e de conteúdo deste fenômeno geral, conforme se trate das diferenciadas trajetórias históricas estudadas.

Focalize-se agora a conjuntura da crise final do escravismo. O fato fundamental de tal sub-período consistiu na persistência do escravismo, mesmo após a derrocada do colonialismo absolutista. É importante entender, neste sentido, que a própria crise do escravismo colonial esteve

estritamente associada a esta derrocada do colonialismo absolutista. Mas é aqui que se impõe entender também que estes dois processos, o da crise do escravismo colonial e o da derrocada do colonialismo absolutista, embora correlacionados, não são, todavia, necessariamente simultâneos, ao nível do Continente americano. É por isto mesmo que, neste segundo sub-período, pós-1850, banido o colonialismo absolutista em face das revoluções burguesas, na Europa e mesmo no Continente Americano persistiram, em algumas áreas importantes das Américas, como no Império centralista brasileiro, na Cuba colonial, e no Sul da república federalista norte-americana, relações escravistas de produção, e agora com forte inserção no mercado internacional (DONGHI, 1985).

No caso brasileiro, tal ocorreu, fundamentalmente, no Centro-Sul, com a lavoura do café; no caso norte-americano, nos seus Estados escravistas do Sul, com as lavouras do algodão e do fumo; e no caso da Cuba colonial, com a produção de açúcar em grandes engenhos escravistas, embora tecnologicamente renovados. Maiores detalhes de tais trajetórias são tratados no trabalho original, em seu texto completo.

O mais importante a assinalar, no que respeita ao conjunto das Américas, é o fato de que, quanto mais se aproximaram o final do século XIX e o começo do século XX, a situação de dependência neocolonial mais se acentuou, sob a hegemonia do capital financeiro que, daí por diante, atua predominantemente em escala exclusivamente transnacional.

Deve-se notar que, no caso da república federalista norte-americana, ocorreu uma espécie de ironia histórica. Pois se trata do caso mais extremo, no plano da organização política interna, de um Estado que apresentou um padrão de estabilidade institucional sem paralelo no resto do Continente americano. E é também o caso daquele Estado-nação que, havendo superado, a partir de 1865, aquela já tratada heterogeneidade nas relações entre suas estruturas sociais, passou a desempenhar um papel de grande potência política e militar, rivalizando, e depois suplantando, a ação neocolonialista da velha Inglaterra (DONGHI, 1985).

Natureza da ambigüidade política

As análises desenvolvidas sobre as duas conjunturas de crise tratadas neste estudo permitem entender-se o fato fundamental de que, num longo

período histórico nas Américas, as relações escravistas assumiram sempre um papel de centralidade, sobretudo nas conjunturas agudas de crise, atuando como uma espécie de divisor de águas. Tal é o cerne do que aqui se está chamando de ambigüidade política, como fenômeno fundamental na História das Américas.

Tal divisor de águas manifesta-se de modo especialmente dramático quando se analisam os movimentos sociais libertários, mesmo aqueles mais avançados, política e ideologicamente. É que, em sua prática concreta, todos eles esbarravam nas relações escravistas, isto é, na questão escrava, na presença de contingentes escravos na força de trabalho, e também, de modo especial, na medida em que tais contingentes se mostravam como uma força social e política, protagonista, com suas lutas específicas anticativeiro, de um processo que muitas vezes ameaçou, sobretudo na crise final do escravismo, o conjunto da sacrossanta propriedade privada dos meios de produção.

O escravismo, jamais superado historicamente de forma radical, em todas as Américas—a não ser localizadamente e de forma descontínua—o escravismo como sistema remanescente, por suas heranças, nas sociedades pós-escravistas, e até ao presente, representou a grande barreira econômica, política e ideológica para o ingresso das Américas, particularíssimamente a América Latina, na via da chamada democracia burguesa radical que, no caso, requeria o rompimento com o neocolonialismo capitalista hegemônico. Tal é, então, a razão última do atraso político da América Latina em seu conjunto, e especialíssimamente, da trajetória percorrida pelo Estado-nação brasileiro. Daí a ambigüidade política como fenômeno fundamental da própria História americana.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do Século XVII e a consolidação da economia-mundo (1600-1750). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, jan-jun. 1984.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Record, 2002.

- DONGHI, Tulio Halperin. Reforma y disolución de los imperios ibéricos: 1750/1850. *Colección História de América Latina*, Madrid, Alianza, v. 3, 1985.
- GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global, 1983.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec/Edufba, 1996.
- MOURA, Clóvis. Da insurgência negra ao escravismo tardio. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, 1987. Edição Especial.
- RAMOS, José Alberto Bandeira. *A especificidade da insurgência escrava da Bahia entre 1789-1835*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2 v., 1998.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês, 1835*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. São Paulo: EDUSP, v. 4, 1976.
- VIOTTI, Emilia da Costa. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WASSERMAN, Claudia (Org). *História da América Latina: cinco séculos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, (Temas e Problemas), 2000.